

Tecnólogo / Gestão Pública

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado. Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será eliminado do Processo Seletivo.
 - 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 › Língua Portuguesa; 11 a 20 › Legislação; 21 a 50 › Conhecimentos Específicos.
 - 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
 - 4 A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo.
 - 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
 - 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
 - 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
 - 8 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
 - 9 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
 - 10 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
 - 11 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
 - 12 Antes de retirar-se definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno** e a **Folha de Respostas**.
-

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Uma matéria publicada no Jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, de março de 2013, afirma que, de acordo com o Censo 2010, realizado pelo IBGE, o número de brasileiros com diploma universitário passou de 4,4%, em 2000, para 7,9%, em 2010. Segue reproduzido trecho da matéria, assinada pela professora Eliane Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A universalização do ensino fundamental e, por conseguinte, a expressiva chegada da população jovem ao ensino médio tem despertado, em setores tradicionalmente excluídos do ensino superior no Brasil, a possibilidade concreta de acesso à carreira universitária, como estratégia plausível para alavancar melhores níveis de vida e relativa mobilidade sociocultural [...].

Disponível em: www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1385. Acesso em: 29 de maio de 2013.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Diante desse novo cenário de acesso ao ensino superior, produza um artigo de opinião, no qual você defenda um ponto de vista em resposta ao seguinte questionamento:

O diploma de um curso superior é condição necessária para ter sucesso no mundo do trabalho, no século XXI?

INSTRUÇÕES

- Ⓢ Seu artigo deverá, obrigatoriamente, atender às seguintes exigências:
 - ser redigido no espaço destinado ao texto definitivo;
 - apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, **dois argumentos**;
 - ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
 - não ser escrito em versos;
 - conter, no máximo, 40 linhas;
 - não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

- Ⓢ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
 - texto com até 14 linhas;
 - fuga ao tema ou à proposta;
 - letra ilegível;
 - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
 - artigo escrito em versos.

Observação:

Embora se trate de um artigo de opinião, **NÃO ASSINE O TEXTO** (nem mesmo com pseudônimo).

Título

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

NÃO ASSINE O TEXTO.

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO ASSINE O TEXTO.

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A biblioteca roubada

VLADIMIR SAFATLE

3 "A Carta Roubada" é um dos contos mais célebres de Edgar Allan Poe. Nele, o escritor norte-americano conta a história de um ministro que resolve chantagear a rainha roubando a carta que lhe fora endereçada por um amante.

6 Desesperada, a rainha encarrega sua polícia secreta de encontrar a carta, que provavelmente deveria estar na casa do ministro. Uma astuta análise, com os mais modernos métodos, é feita sem sucesso. Reconhecendo sua incompetência, o chefe de polícia apela a Auguste Dupin, um detetive que tem a única ideia sensata do conto: procurar a carta no lugar mais óbvio possível, a saber, em um porta-cartas em cima da lareira.

9 A leitura do conto de Edgar Allan Poe deveria ser obrigatória para os responsáveis pela educação pública. Muitas vezes, eles parecem se deleitar em procurar as mais finas explicações, contratar os mais astutos consultores internacionais com seus métodos pretensamente inovadores, sendo que os problemas a combater são primários e óbvios para qualquer um que queira, de fato, enxergá-los.

12 Por exemplo, há semanas descobrimos, graças ao Censo Escolar de 2011, que 72,5% das escolas públicas brasileiras simplesmente não têm bibliotecas. Isto equivale a 113.269 escolas. Um descaso que não mudou com o tempo, já que, das 7.284 escolas construídas a partir de 2008, apenas 19,4% têm algo parecido com uma biblioteca.

15 Mesmo São Paulo, o Estado mais rico da Federação, conseguiu ter 85% de suas escolas públicas nessa situação. Ou seja, um número pior do que a média nacional.

18 Diante de resultados dessa magnitude, não é difícil entender a matriz dos graves problemas educacionais que atravessamos. Difícil é entender por que demoramos tanto para ter uma imagem dessa realidade.

21 Ninguém precisa de mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura e do contato efetivo com livros para a boa formação educacional. Ou melhor, ninguém a não ser os administradores da educação pública, em todas as suas esferas. Pois não faz sentido algum discutir o fracasso educacional brasileiro se questões elementares são negligenciadas a tal ponto.

24 Em política educacional, talvez vamos acabar por descobrir que "menos é mais". Quanto menos "revoluções na educação" e quanto mais capacidade de realmente priorizar a resolução de problemas elementares (bibliotecas, valorização da carreira dos professores etc.), melhor para todos.

27 A não ser para os consultores contratados a peso de ouro para vender o mais novo método educacional, portador de grandes promessas.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 07 maio 2013. [Adaptado]

01. A referência a um conto de Edgar Allan Poe justifica-se porque esse conto é

- A) um gênero textual de circulação restrita ao meio acadêmico.
- B) uma obra de ficção que, estruturalmente, representa um gênero textual com características semelhantes às de "A biblioteca roubada".
- C) um gênero textual de circulação restrita a jornais e revistas.
- D) uma obra de ficção cujos acontecimentos revelam uma aproximação com a temática presente em "A biblioteca roubada".

- 02.** De forma dominante, o texto
- A)** descreve o quadro da falta de bibliotecas nas escolas públicas brasileiras.
 - B)** comenta sobre a atualidade temática de uma célebre obra de ficção.
 - C)** defende um ponto de vista acerca das políticas educacionais brasileiras.
 - D)** explica a realidade educacional brasileira a partir de uma obra de ficção.
- 03.** No trecho “Ninguém precisa de mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura [...]” (linha 24), está pressuposto que
- A)** é desnecessário mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura.
 - B)** existem vários discursos óbvios sobre a importância da leitura.
 - C)** é desnecessário haver discursos óbvios sobre a importância da leitura.
 - D)** existem outros discursos mais óbvios sobre a importância da leitura.
- 04.** O autor usa a expressão “Em política educacional” (linha 29) com a intenção de
- A)** delimitar a um campo do conhecimento a afirmação que a segue.
 - B)** fazer ironia em relação à ineficácia das políticas educacionais.
 - C)** polemizar com os responsáveis pela formulação de políticas educacionais.
 - D)** explicar por que as políticas educacionais são ineficazes.
- 05.** Para desenvolver a ideia central, no penúltimo parágrafo, o autor vale-se de uma relação semântica de
- A)** adversidade.
 - B)** concessão.
 - C)** finalidade.
 - D)** proporção.
- 06.** Considere o seguinte período:
- “Nele, o escritor norte-americano conta a história de um ministro que resolve chantagear a rainha roubando a carta que **lhe fora** endereçada por um amante.” (linhas 1 a 3),
- Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que
- A)** a primeira tem como referente “a rainha”, e a segunda indica uma ação anterior ao roubo da carta.
 - B)** a primeira tem como referente “um ministro”, e a segunda indica uma ação concomitante ao roubo da carta.
 - C)** a primeira tem como referente “a rainha”, e a segunda indica uma ação concomitante à chantagem feita pelo ministro.
 - D)** a primeira tem como referente “um ministro”, e a segunda indica uma ação anterior à chantagem feita pelo ministro.

07. Considere o seguinte período:

“A leitura do conto de Edgar Allan Poe **deveria ser** obrigatória para os responsáveis pela educação pública.” (linhas 10 e 11)

Se o núcleo do sujeito for flexionado para o plural, na locução em destaque,

- A) apenas o verbo principal acompanhará essa flexão.
- B) apenas o verbo auxiliar acompanhará essa flexão.
- C) ambos os verbos irão para o plural.
- D) ambos os verbos permanecerão no singular.

08. Em “A não ser para os consultores contratados **a peso de ouro** [...]” (linha 33), a expressão em destaque exerce uma função

- A) substantiva.
- B) adjetiva.
- C) adverbial.
- D) pronominal.

09. Considere o trecho a seguir:

“**Reconhecendo sua incompetência**, o chefe de polícia apela a Auguste Dupin [...]”.
(linhas 6 e 7)

Desenvolvendo-se a oração destacada e mantendo-se a mesma relação semântica, obtém-se a forma

- A) “Como reconhece sua incompetência, [...]”.
- B) “Enquanto reconhece sua incompetência, [...]”.
- C) “Embora reconheça sua incompetência, [...]”.
- D) “Caso reconheça sua incompetência, [...]”.

10. Considere o parágrafo:

“Ninguém precisa de mais um discurso óbvio sobre a importância da leitura e do contato efetivo com livros para a boa formação educacional. Ou melhor, ninguém a não ser os administradores da educação pública, em todas as suas esferas. Pois não faz sentido algum discutir o fracasso educacional brasileiro se questões elementares são negligenciadas a tal ponto.” (linhas 24 a 28)

Tomando-se como referência as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar que

- A) a vírgula após “ou melhor” justifica-se, porque essa expressão não introduz uma oração alternativa.
- B) a ocorrência do ponto antes de “pois” justifica-se, porque a explicação introduzida por essa palavra não se refere ao período imediatamente anterior.
- C) a ocorrência do ponto antes de “pois” não se justifica, porque a explicação introduzida por essa palavra não se refere ao período imediatamente anterior.
- D) a vírgula após “ou melhor” não se justifica, porque essa expressão introduz uma oração explicativa.

11. Considere as afirmativas abaixo, referentes à Reversão prevista na Lei nº 8.112/90.

I	Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.
II	A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.
III	O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, excluídas as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.
IV	O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

Estão corretas as afirmativas

- A)** I, II e IV. **B)** I, III e IV. **C)** II e III. **D)** III e IV.

12. Um servidor público federal que estava em disponibilidade retornou à atividade em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com aquele que ocupava anteriormente. De acordo com a Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que esse servidor foi

- A)** aproveitado. **B)** reconduzido. **C)** readaptado. **D)** reintegrado.

13. Considere as afirmativas a seguir, relacionadas aos Direitos e às Vantagens do servidor público estatutário, previstos na Lei nº 8.112/90.

I	Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
II	O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
III	Na hipótese do servidor público federal se afastar para exercer cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão do Município, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.
IV	As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, porém, não serão consideradas como efetivo exercício.

Estão corretas as afirmativas

- A)** I e III. **B)** I e IV. **C)** II e IV. **D)** II e III.

14. De acordo com a Lei nº 8.112/90, pode-se afirmar que o auxílio-moradia será

- A)** concedido, mesmo que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.
B) limitado a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
C) negado ao servidor, se alguma pessoa que resida com ele receba auxílio-moradia.
D) deferido ao servidor, ainda que exista imóvel funcional disponível para o seu uso.

15. Um servidor público federal estável requereu afastamento para participação em programa de mestrado no País. À luz do que dispõe a Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que esse afastamento poderá ser concedido

- A)** ao servidor que tiver se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos dois últimos anos anteriores à data da solicitação do afastamento para participação no programa.
B) ao servidor titular de cargo efetivo que esteja há pelo menos 3 (três) anos, incluído o estágio probatório, no respectivo órgão ou entidade.
C) ao servidor que puder participar no programa, simultaneamente, com o exercício do cargo ou mediante a compensação de horário.
D) ao servidor que se afastou para gozo de licença para capacitação nos dois últimos anos anteriores à data do pedido do afastamento a fim participar do programa.

16. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), a ação disciplinar prescreverá em
- A) dois anos, quanto às infrações puníveis com suspensão.
 - B) um ano, quanto às infrações puníveis com advertência.
 - C) três anos, quanto às infrações puníveis com cassação de aposentadoria.
 - D) seis anos, quanto às infrações puníveis com demissão.

17. Considere as afirmativas no quadro a seguir, relacionadas ao PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, normatizado na Lei nº 8.112/90.

I	O servidor que estiver respondendo a processo disciplinar poderá ser exonerado a pedido antes do término do referido processo disciplinar.
II	A revisão do processo disciplinar poderá ocorrer somente de ofício, desde que existam fatos novos.
III	O presidente da comissão que conduz o processo disciplinar deve ocupar cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
IV	Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II. B) II e III. C) I e IV. D) III e IV.

18. Considerando-se as normas referentes ao inquérito administrativo, previstas na Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que
- A) o procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório bem como interferir, diretamente, nas perguntas e respostas das testemunhas.
 - B) o incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.
 - C) o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
 - D) o pedido de prova pericial será deferido, ainda que a comprovação do fato independa de conhecimento especial de perito.

19. Analise as assertivas a seguir, relacionadas à SEGURIDADE SOCIAL do servidor público federal, prevista na Lei nº 8.112/90.

I	À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até um ano de idade, serão concedidos noventa dias de licença remunerada.
II	O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.
III	O dependente do servidor público tem direito ao auxílio-natalidade.
IV	O servidor será aposentado, compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade.

Estão corretas as afirmativas

- A) II e III. B) I e II. C) III e IV. D) I e IV.

20. À luz do disposto na Seguridade Social do servidor público civil da União, prevista na Lei nº 8.112/90, são beneficiários da pensão vitalícia
- A) o irmão órfão que comprove dependência econômica do servidor.
 - B) o menor sob guarda ou tutela do servidor, independentemente da dependência econômica.
 - C) o pai e a mãe que comprovem dependência econômica do servidor.
 - D) o enteado que dependa economicamente do servidor.

21. As tipologias que caracterizam a evolução da gestão pública no Brasil são três: a administração patrimonialista, a administração burocrática e a administração gerencial. É correto afirmar que na administração gerencial
- A) a atenção do estado é orientada para o atendimento das necessidades do cidadão.
 - B) o estado funciona como extensão do poder soberano.
 - C) o estado funciona para atender o poder racional-legal.
 - D) a atenção do estado é voltada para o controle rígido dos processos de admissão de pessoal e de compras.
22. A Administração Pública Burocrática foi marcada pela criação de um órgão que foi responsável pela concepção, condução e mudanças pretendidas na década de 30. Esse órgão é o(a)
- A) MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado).
 - B) SEMOR (Secretaria de Modernização).
 - C) GESPÚBLICA (Programa Nacional da Gestão Pública).
 - D) DASP (Departamento Administrativo do Servidor Público).
23. O administrador público desempenha várias funções. A função de organização tem como finalidade
- A) medir os resultados alcançados, comparando-os com as metas propostas e propondo as correções necessárias.
 - B) determinar, antecipadamente, o que se deve fazer, quais os objetivos a serem atingidos, quais controles serão adotados e que tipo de gerenciamento será pertinente para alcançar resultados satisfatórios.
 - C) coordenar as atividades realizadas pelo pessoal a fim de que os objetivos traçados sejam atingidos.
 - D) estabelecer uma estrutura formal de autoridade e responsabilidade, por meio da qual as subdivisões de trabalho são classificadas, definidas e coordenadas para que os objetivos propostos sejam atingidos.
24. A UFRN apresenta, em todos os níveis de sua estrutura, órgãos colegiados que têm a função de deliberar sobre assuntos acadêmicos e administrativos da instituição. Com a existência desses órgãos, é correto afirmar que a organização da UFRN tem características da estrutura do tipo
- A) Comissional.
 - B) Matricial.
 - C) Funcional.
 - D) Assessoria.
25. A estrutura de uma organização pode ser subdividida em função de determinados critérios de departamentalização. Uma vantagem da departamentalização funcional é
- A) permitir uma divisão focalizada nas necessidades específicas da região, como a cultura, as tradições, os costumes e os valores.
 - B) manter o prestígio das funções primordiais criando eficiência por meio do princípio da especialização.
 - C) dar maior atenção a produtos ou serviços específicos melhorando a função e a coordenação deles.
 - D) oferecer flexibilidade para que a organização responda rapidamente às mudanças.

26. Sobre o processo de comunicação, leia as afirmativas a seguir.

I	O processo de comunicação é sujeito a ruídos e interferências, que distorcem a mensagem ou impedem a transmissão e recepção eficazes da comunicação.
II	A linguagem corporal não interfere no processo de comunicação.
III	Um elemento importante no processo de comunicação é o <i>feedback</i> .
IV	Os obstáculos para a eficácia do processo de comunicação são encontrados no emissor da mensagem.

Estão corretas as afirmativas

- A) III e IV. C) I e III.
B) II e IV. D) I e II.

27. A sequência das etapas do processo de planejamento estratégico é:

- A) análise do clima organizacional; análise do nível de satisfação dos usuários; acompanhamento das atividades; definição dos objetivos; elaboração dos projetos.
B) definição da missão, visão e valores; análise do ambiente interno; análise do ambiente externo; definição das estratégias; elaboração do plano de ação.
C) aplicação do método de análise e solução de problemas; análise das causas dos problemas; definição dos objetivos; estabelecimento das metas; elaboração dos projetos.
D) definição da missão, visão e valores; análise dos relatórios gerenciais; análise do nível de satisfação dos funcionários; definição dos objetivos e metas; definição das estratégias.

28. A ferramenta mais utilizada para realizar o mapeamento de um processo é o

- A) funcionograma.
B) organograma.
C) fluxograma.
D) cronograma.

29. O objetivo da cadeia de valor é identificar os principais fluxos de processos de uma organização. A respeito da cadeia de valor, leia as afirmativas a seguir.

I	Os processos finalísticos agregam valor ao produto ou serviço.
II	As atividades administrativas agregam valor ao produto ou serviço.
III	A Gestão de Pessoas, em uma Universidade, é considerada um processo de apoio.
IV	A Gestão de Transportes, em uma Universidade, é considerada um processo finalístico.

Estão corretas as afirmativas

- A) II, III e IV.
B) II e IV.
C) I, II e IV.
D) I e III.

30. Na modelagem de processos, é adotada uma hierarquia para a construção dos manuais e procedimentos. A sequência correta da modelagem de processos é:

- A) macroprocessos, processos, atividades e tarefas.
B) atividades, processos, tarefas e rotinas.
C) macroprocessos, rotinas, tarefas e atividades.
D) processos, atividades, rotinas e tarefas.

31. Sobre a Teoria do Desenvolvimento Organizacional, é correto afirmar que trata-se do processo de mudança baseada
- A) no conceito de Qualidade Total, em que as decisões são baseadas nos interesses dos clientes.
 - B) no modelo do homem econômico, que consegue controlar todas as variáveis organizacionais.
 - C) na cultura de uma organização, por meio da tecnologia da ciência do comportamento.
 - D) no conceito de produção em massa, com peças padronizadas e trabalhadores especializados.
32. Atualmente, as organizações modernas têm utilizado a visão de processos em sua estrutura, em oposição à visão funcional. A principal vantagem da utilização da visão de processos pelas organizações modernas é
- A) administrar por meio de equipes interdisciplinares autogeridas.
 - B) definir de forma clara os deveres e as responsabilidades dos funcionários.
 - C) promover o aperfeiçoamento e a especialização dos funcionários.
 - D) facilitar a participação de especialistas em qualquer ponto da linha hierárquica.
33. Em relação ao Manual de Procedimentos, é correto afirmar que trata-se de
- A) um instrumento que especifica o sistema de gestão da qualidade de uma organização para adequar suas práticas aos requisitos de certificação.
 - B) um instrumento de trabalho utilizado pelo administrador para formalizar a propriedade do modo de produção e operação de sua organização.
 - C) um instrumento que orienta a organização no seu processo de autoavaliação para identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria.
 - D) um instrumento que objetiva divulgar os serviços prestados pela organização para informar aos cidadãos quais os compromissos com o atendimento estabelecidos.
34. Os padrões de trabalho são
- A) instrumentos que definem a razão de ser da organização.
 - B) instrumentos de gestão utilizados no monitoramento e avaliação das organizações.
 - C) instrumentos que definem o que a organização pretende atingir.
 - D) instrumentos que contêm regras que orientam o funcionamento das práticas de gestão.
35. O administrador público, no exercício de suas funções, desenvolve habilidades técnicas, humanas e conceituais, de acordo com o nível em que se encontra na estrutura organizacional. É correto afirmar que ter habilidade técnica consiste
- A) na capacidade de compreender e lidar com a complexidade da organização como um todo.
 - B) na capacidade para trabalhar com pessoas, compreender suas atitudes e motivações e aplicar uma liderança eficaz.
 - C) na capacidade de usar conhecimentos, métodos, tecnologia e equipamentos necessários para que tarefas específicas sejam realizadas.
 - D) na capacidade de interpretar as informações advindas das variáveis ambientais que interagem com a organização.

36. O contador da prefeitura do município de Natal realizou o registro do fato contábil apresentado a seguir.

Debita-se pela arrecadação da receita orçamentária, em contrapartida com as contas do grupo 401- RECEITAS A ARRECADAR. Credita-se no final no final do exercício em contrapartida com as contas do grupo 400 – RECEITA PREVISTA.

Ele efetuou o lançamento de

- A) Receita Orçamentária. C) Receita Tributária.
B) Receita Prevista. D) Receita Arrecadada.

37. O Plano de Contas da Administração Pública compreende sete níveis de desdobramento, classificados e codificados. A sequência correta desses níveis é:

- A) classe, grupo, subgrupo, elemento, subelemento, item e subitem.
B) classe, item e subitem, grupo, subgrupo, elemento e subelemento.
C) classe, elemento, subelemento, item e subitem, grupo e subgrupo.
D) classe, item e subitem, elemento, subelemento, grupo e subgrupo.

38. A classificação da Despesa Pública quanto a natureza, deve utilizar um conjunto de seis dígitos, representado na sequência X X XX XX. A correspondência correta para o primeiro X, o segundo X, o terceiro XX e o quarto XX é, **respectivamente**,

- A) categoria econômica, modalidade de aplicação, categoria econômica, grupo da despesa, elemento da despesa.
B) grupo da despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, elemento da despesa.
C) categoria econômica, grupo da despesa, elemento da despesa, modalidade de aplicação.
D) grupo da despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, elemento da despesa.

39. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no seu Capítulo IX, que se refere à Transparência, a Controle e à Fiscalização, trata na Seção I da Transparência da Gestão Fiscal.

Leia as afirmativas que seguem sobre os instrumentos de transparência da gestão fiscal.

I	O instrumento conterá o comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes: despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas; dívidas consolidada e mobiliária; concessão de garantias; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
II	É composto pelo balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada; despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.
III	As informações deverão ser elaboradas a partir dos dados contábeis consolidados de todas as unidades gestoras, no âmbito da Administração Direta, autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista.
IV	A não divulgação do Relatório, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impede o Ente da Federação, até que a situação seja regularizada, de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Sobre o Relatório de Gestão Fiscal, estão corretas as afirmativas

- A) I e II.
B) II e III.
C) I e IV.
D) III e IV.

40. Observe os dados do Balanço Patrimonial de uma entidade pública.

Ativo Real Líquido	R\$ 3.000,00
Passivo Real	R\$ 15.000,00
Passivo Financeiro	R\$ 10.000,00
Passivo Compensado	R\$ 3.000,00

Sabendo-se que esse mesmo balanço demonstrou um déficit financeiro de R\$ 300,00 conclui-se que o ativo não financeiro é de

- A) R\$ 11.300,00.
- B) R\$ 9.700,00.
- C) R\$ 7.700,00.
- D) R\$ 8.300,00.

41. Tomando-se como referência a Lei nº 4.320/1964 é correto afirmar que o Balanço Orçamentário demonstrará

- A) as contas referentes ao resultado financeiro e não financeiro como também as de compensações.
- B) as receita e despesas orçamentárias, bem como os de natureza extra orçamentária.
- C) as alterações nas contas patrimoniais, resultantes ou independentes da execução orçamentária.
- D) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

42. A Contabilidade pública é estruturada, segundo a Lei nº 4.320/64, em quatro sistemas contábeis que interagem entre si, objetivando o acompanhamento orçamentário, a composição financeira e patrimonial, bem como a evidenciação de compromissos assumidos pela Administração pública, nas contas de compensação.

No quadro abaixo, apresenta-se a fundamentação de cada sistema.

I	São registrados todos os ingressos e dispêndios, a arrecadação da receita e o pagamento da despesa orçamentária e extra orçamentária.
II	São efetuados os registros dos atos administrativos praticados pelo gestor da entidade, que, direta ou indiretamente, possam a vir a afetar o patrimônio da entidade, ainda que, de imediato, isso não ocorra, mas possa implicar em modificação futura.
III	É constituído das contas que registram as movimentações que concorrem ativa e passivamente para a formação do patrimônio da entidade, ou seja, são registrados os bens patrimoniais (móveis, imóveis, estoques, créditos, obrigações, valores, operações de crédito, dentre outras), originadas ou não da execução orçamentária.
IV	É representado pelos atos de natureza orçamentária, registrando a receita prevista e as autorizações legais da despesa constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos créditos adicionais abertos.

Os itens I, II, III e IV referem-se, respectivamente, aos sistemas:

- A) Compensação; Patrimonial; Orçamentário; e Financeiro.
- B) Financeiro; Compensação; Patrimonial; e Orçamentário.
- C) Orçamentário; Financeiro; Compensação; e Patrimonial.
- D) Patrimonial; Orçamentário; Financeiro; e Compensação.

43. Apresenta-se como um dos princípios de observância obrigatória pela Administração Pública, e uma de suas características é o direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum. Esse princípio é denominado

- A) Eficiência.
- B) Legalidade.
- C) Impessoalidade.
- D) Moralidade.

44. O princípio do direito administrativo denominado “Razoabilidade” visa
- A) atuar, racionalmente e afeiçãoadamente, no senso comum das pessoas.
 - B) atender aos anseios da sociedade e conseguir de modo legal, atingir resultados positivos e satisfatórios.
 - C) garantir direitos individuais e remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite.
 - D) consentir as decisões legais tomadas pelo agente de administração pública, acompanhado, também, pela honestidade.
45. O atributo da Tipicidade, em relação ao ato administrativo,
- A) ordena diretamente a própria Administração Pública.
 - B) impõe a todos independentemente da vontade do destinatário.
 - C) corresponde às figuras previamente definidas pela lei, produzindo efeitos.
 - D) pressupõe ser verdadeiros e legais até que se prove o contrário.
46. O único atributo que está presente em todos os atos administrativos é a
- A) tipicidade.
 - B) autoexecutoriedade.
 - C) imperatividade e legitimidade
 - D) presunção de legitimidade e veracidade.
47. O ato administrativo, na forma de decreto, é
- A) despachado pelas autoridades do Executivo, excluindo o Chefe do Poder Executivo que só deve expedir decretos.
 - B) uma atuação interna, dado que se destina a reger o funcionamento de órgãos, entidades e órgãos colegiados.
 - C) expedido exclusivamente pelo Chefe do Executivo, que se destina a prover situações gerais e individuais, abstratamente previstas de modo exposto na Lei.
 - D) uma comunicação escrita, que as autoridades fazem entre si, subalternos e superiores, entre a Administração e particulares, em caráter oficial.
48. A sequência correta das quatro primeiras fases do processo interno da forma de licitação “Pregão” é:
- A) requisição do objeto; justificativa para a contratação; autorização para realização do certame; disponibilidade de recursos orçamentários.
 - B) autorização para realização do certame; justificativa para a contratação; disponibilidade de recursos orçamentários; requisição do objeto.
 - C) justificativa para a contratação; requisição do objeto; disponibilidade de recursos orçamentários; autorização para realização do certame.
 - D) disponibilidade de recursos orçamentários; autorização para realização do certame; requisição do objeto; justificativa para a contratação.

49. A repactuação de preços

- A)** deriva da ocorrência de eventos extraordinários que oneram os encargos do contrato.
- B)** é utilizada, principalmente, para os contratos de natureza continuada, em virtude de alterações, nos custos do contratado proporcionadas, em maior grau, por acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho.
- C)** decorre da necessidade de alteração dos valores contratados, em virtude da previsível perda de valor da moeda devido a variações da taxa inflacionária ocorrida em um determinado período.
- D)** apresenta medidas de ordem geral, não relacionadas diretamente com o contrato, mas nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado.

50. São considerados motivos que causam as rescisões de contratos de acordo com a Lei n.º 8.666/93:

- A)** a alteração do projeto ou especificações, pela Administração; superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato; interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração
- B)** a habilitação ou inabilitação de licitante; indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.
- C)** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato; a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- D)** o aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei; omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos; impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.